



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**

**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

**PARECER DO VETO AO PROJETO DE LEI Nº 12/2013**

**COMISSÃO ESPECIAL**

**RELATÓRIO**

**1.** No uso de sua competência institucional, o Chefe do Poder Executivo vetou os §§ 1º e 2º do artigo 6º do Projeto de Lei n. 12/2013, que institui sistema de remuneração diferenciada por trabalhos realizados na zona rural para os cargos públicos que menciona e instituir o sistema de banco de horas e dá outras providências.

**2.** Recebido, a senhora Presidente constituiu Comissão Especial para proceder ao seu exame, conforme dispõe o art. 96, I, “b”, combinado com o art. 196, ambos do Regimento Interno.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

**3.** Há uma evidente confusão do autor do projeto quando afirma que a instituição do banco de horas a partir da 61ª hora extraordinária faz com que o instituto perca a sua própria razão de existir.

**4.** Isto porque o limite de duas horas diárias leva em conta a jornada máxima de trabalho admitida em nosso ordenamento jurídico, que é de 44 (quarenta e quatro horas) semanais.

**5.** Entretanto, nem todos os servidores do Poder Executivo se submetem a uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, totalizando 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

**6.** De fato, em nosso Município existem servidores que trabalham em regime de 25 (vinte e cinco), 30 (trinta), 36 (trinta e seis) e até 40 (quarenta) horas semanais, de tal sorte que a jornada mensal máxima atinge 200 (duzentas) horas mensais.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**

**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

7. Portanto, existem situações em que o servidor poderá exceder o número de horas extras de 2 (duas) horas diárias, de tal sorte que não tem fundamento as razões do veto do Prefeito.

### **CONCLUSÃO**

8. Em face do exposto, concluo pela rejeição do veto aos §§ 1º e 2º do art. 6º do Projeto de Lei n. 12/2013.

Sala das Reuniões, 10 de setembro de 2013.

Vereador CARLINHOS DA BRASILINHA

Relator